

4.1 ESCOLHA E INÍCIO DO PROCEDIMENTO - CONCURSO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO SINGULAR PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA – DMOSM:

Da **DMOSM** submetendo à consideração do Executivo o procedimento de concurso público para celebração de acordo quadro para a execução de obras na via pública.

**ASSUNTO: Procedimento de CONCURSO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO
QUADRO SINGULAR PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA**

Parecer

Propõe-se a aprovação pelo Sr. Presidente das propostas constantes desta informação.

A Diretora da DMOSM,




(Alzira Torres)

2017/09/15

Despacho



O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)
17/09/18

Exmo. Senhor

Presidente do Município de Braga

Informação / Proposta de decisão de contratar

I. Enquadramento:

A solução contratual dos **Acordos Quadro** representa um instrumento de natureza jurídico-contratual com uma flexibilidade e maneabilidade que permite agilizar muito significativamente a ação da Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas em particular e do Município de Braga em geral enquanto entidade adjudicante. Assim como na contratação e gestão de empreitadas de obras públicas cujos trabalhos apresentem simplicidade e que representem necessidades suscetíveis de *standardizar*.

A celebração dos acordos quadro – que são gratuitos, pelo que a conclusão do acordo em si não implicará despesa para a entidade adjudicante – habilitará o Município de Braga atuar de forma imediata e automática, mobilizando um empreiteiro antecipadamente contratado e com as condições contratuais já estabelecidas sempre que se torne necessário executar determinados trabalhos de empreitada na via pública. O referido acordo apresenta, portanto, a virtualidade de permitir a adjudicação quase imediata de trabalhos de manutenção/ conservação da via pública.

Para esse efeito, os serviços da entidade adjudicante elaboraram um mapa descritivo de trabalhos e especificidades técnicas, com a maior abrangência possível, de modo a permitir oferecer uma resposta célere caso se verifique a necessidade de execução de diferentes tipos de trabalho de manutenção ou conservação da via pública.

Este instrumento terá, ademais, uma utilidade colateral mas decisiva: permitirá ao Município de Braga determinar a execução de trabalhos na via pública indispensáveis à reparação de vícios e deficiências decorrentes de obras por ela executadas, quando os respetivos empreiteiros não cumpram as obrigações que sobre eles impendem em fase de garantia de obra. Com esta solução, a entidade adjudicante, poderá, depois de acionar as cauções previstas, avançar quase imediatamente para a execução da obra.

Uma vez que todos os preços se encontrarão fixados no acordo quadro a celebrar, a adjudicação das empreitadas, sejam elas de conservação, sejam de correção, efectuar-se-á de forma extremamente simplificada e desburocratizada. Quando tais adjudicações decorrerem de um contexto de incumprimento do empreiteiro responsável pela execução de uma obra, o preço contratual de cada intervenção será suportado por recurso às garantias da obra.

Com este expediente organizativo, procurar-se-á alcançar os objetivos seguintes:

- ✚ Dotar a entidade adjudicante de instrumentos contratuais que permitam adjudicar quase automaticamente obras de manutenção/conservação da via pública;
- ✚ Dotar a entidade adjudicante de instrumentos organizativos adequados a promover a superação rápida e eficaz de vícios de construção de empreitadas de obras públicas que tenha adjudicado;
- ✚ Sensibilizar o mercado de obras públicas para a circunstância de que a entidade adjudicante, dispondo de tais instrumentos, pode mais facilmente lançar mão deles, desmotivando assim a política de delongas e de comunicações dilatórias que muitos dos empreiteiros empreendem quando instados a proceder a trabalhos enquadrados no período de garantia da obra.

II. Proposta:

Encontram-se reunidas as necessárias condições para a celebração de ***acordo quadro singular para a execução de obras na via pública*** nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do *Código dos Contratos Públicos*:

- a) Adoptando para o efeito o **procedimento de concurso público** nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, b) e 130.º por força do n.º 2 do artigo 253.º do *Código dos Contratos Públicos*, ao abrigo do critério de valor do contrato para a escolha do procedimento, porquanto:
- i. Apesar da celebração do acordo quadro a concursar não implicar, diretamente e por si só, a realização de qualquer despesa, uma vez que terá ele por objeto a atribuição à entidade adjudicante, a título unilateral e gratuito, de um direito de opção de vir a celebrar com o adjudicatário múltiplos contratos de empreitada de obras públicas, tem a entidade adjudicante a expectativa de vir a celebrar, ao seu abrigo, tem a entidade adjudicante a expectativa de vir a celebrar, ao seu abrigo, contratos (optativos) de empreitada onerosos.
 - ii. O procedimento de concurso público permite a celebração de contratos de empreitada de obras públicas até ao valor de **€ 5.225.000,00** (*sem publicação no JOUE*), nos termos do disposto na alínea b), do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*.
- b) Adoptando, para o efeito, as **peças procedimentais** anexas à presente e que se indicam:
- i. Programa do procedimento;
 - ii. Caderno de encargos:
 - i. Cláusulas jurídicas gerais;
 - ii. Cláusulas jurídicas especiais;
 - iii. Condições técnicas e Cláusulas técnicas especiais - aplicação de misturas betuminosas
- c) Fixam-se como **parâmetros base**, para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 42.º do *Código dos Contratos Públicos*, os **preços unitários** referenciados no mapa de trabalhos constante do Anexo IV ao programa do procedimento, significando aqueles preços máximos unitários que o dono da obra se dispõe a pagar pela execução de cada um dos trabalhos ali identificados em qualquer dos contratos de empreitada que venha a ser celebrado.
- d) O **prazo de vigência do acordo quadro** será de **4 anos**, sem prejuízo da possibilidade da entidade adjudicante poder denunciá-lo decorridos que estejam 6 (seis) meses de vigência, caso venha a constatar que a manutenção deste instrumento contratual já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que justifiquem a respetiva manutenção;

e) O **Júri do procedimento** terá a seguinte composição:

Membros efectivos:

- i. Eng.º Gaspar Silva (Presidente);
- ii. Eng.ª Ana Maria;
- iii. Arq.º Nuno Azevedo;

Membros suplentes:

- i. Eng.ª Paula Pereira;
- ii. Eng.º Carlos Rodrigues;

f) No Júri serão **delegadas as competências** constantes do *Regulamento de Funcionamento de Júris de Procedimentos de Contratação* em vigor na entidade adjudicante, conforme resulta do artigo 69.º do *Código dos Contratos Públicos*;

g) A adjudicação obedecerá ao critério *do mais baixo preço* por aplicação da fórmula seguinte:

$$VPT = \sum (Pi * VPUi)$$

Sendo:

VPT - Valor da proposta - Preço total

VPU - Valor da proposta - Preço Unitário

P - Ponderação atribuída

h) Considerar-se-á, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º e n.º 2 do artigo 132º, que a proposta apresenta (um) preço anormalmente baixo, quando algum dos preços unitários oferecidos representam uma diferença igual ou superior a 40% ao respetivo preço base (unitário).

i) São elementos relevantes no procedimento:

- i. **A prestação de caução no valor de € 10.000,00** (dez mil euros), pelo adjudicatário, destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do acordo quadro, bem como com as obrigações que resultem da celebração dos contratos de empreitada (optativos) celebrados ao abrigo do acordo quadro;



- ii. A prestação de caução pelo empreiteiro em cada contrato de empreitada, nos termos e para os efeitos previstos no Código dos Contratos Públicos, para garantia do perfeito e pontual cumprimento das obrigações aí assumidas;
- j) São elementos relevantes para a execução dos contratos de empreitada a celebrar ao abrigo do acordo quadro:
 - i. A fórmula de revisão de preços será a seguinte: **F10**;
 - ii. O adjudicatário terá de ser titular de **alvará** com as autorizações seguintes:
 - 1.ª Subcategoria da 1.ª categoria na 3.ª classe (estruturas e elementos de betão)
 - 1.ª Subcategoria da 2.ª categoria na 3.ª classe (Vias de circulação rodoviária)
 - 8ª Subcategoria da 2.ª categoria na 3.ª classe (calcetamentos)

A exigência da classe de habilitação justifica-se pela circunstância de um ou vários contratos (optativos) que vierem a ser celebrados ao abrigo do acordo quadro poderem consubstanciar, de *per si*, quando autonomamente considerados, a execução de trabalhos de valor correspondente à 3.ª classe da 1.ª e 2.ª categoria.

- iii. **CPV**
 - 45233161-5 – Construção de via pedonal
 - 45233220-7 – Pavimentação de estradas
 - 45262350-0 – Obras de betão não armado
 - 45233221-4 – Obras de sinalização horizontal de estradas
- k) A formação do acordo quadro para a execução dos contratos públicos de empreitada aqui proposto constitui uma **solução indispensável para a satisfação das necessidades** a que o objeto daqueles contratos visam dar resposta, dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial dos mesmos.

Nestes termos, propõe-se que se decida promover o concurso público para a celebração de um *Acordo Quadro Singular para a execução de empreitadas de obras na via pública*, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do *Código dos Contratos Públicos* e em conformidade com o supra exposto.

Anexos:

Programa do Procedimento;
Caderno de Encargos;
Caderno de Encargos (disposições gerais);
Modelo IV – Listagem de trabalhos e respetiva ponderação;
Pormenorização;
Caderno de Encargos (Condições Técnicas).

À Consideração superior



.....
(Alzira Torres)